

Ainda mais eficiência para o Arpa (2012)

Um dos melhores exemplos de parceria público-privada do Brasil, o programa vai aprimorar conquistas em sua segunda fase



O coordenador do Programa Áreas Protegidas da Amazônia, Trajando Quinhões, analisa as conquistas obtidas em dez anos de trabalho do Arpa e prevê que a Fase II, que iniciou no segundo semestre do ano passado, deverá ser o momento de melhorar o que já foi feito. Ele considera que as unidades de conservação tiveram um salto de qualidade em gestão, e diz que o momento é de ampliação de esforços, para que sejam alcançados níveis ainda mais completos de consolidação das UCs. Leia a entrevista:

Quais os principais avanços nos últimos dez anos relacionados a UCs apoiadas pelo Arpa?

O programa foi criado em 2002, mas os investimentos de maneira mais efetiva começaram a partir de 2004/2005. São na verdade sete anos de investimentos nas unidades de conservação. E esses sete anos representaram muito. O programa investiu significativamente na estruturação e no funcionamento das unidades de conservação. Na estruturação, equipando, sinalizando, demarcando, construindo sedes, implementando planos de manejo. Investiu no funcionamento das UCs, permitindo que tivessem recursos financeiros necessários para compra de combustível, material administrativo, para realização de operações de campo, sobretudo de proteção, e para o funcionamento de seus conselhos gestores. Então, as unidades apoiadas pelo Arpa, em comparação com as que não têm o apoio do programa, são mais estruturadas, com melhores condições de funcionamento. Elas também são mais íntegras, por terem presença mais efetiva e eficaz de seus gestores, que puderam protegê-las melhor.

Os investimentos do Arpa nas UCs foram além dos recursos financeiros?

Sim. Além dos recursos financeiros, os gestores foram capacitados. Eles participaram de programas de capacitação para gestão de resultados, o que melhorou a qualificação deles para a gestão das unidades de conservação. E é esse tipo de benefício que a gente vai aprofundar na segunda fase do Arpa, ampliando os investimentos para níveis mais completos de consolidação das UCs.

Existe uma diferença marcada entre a primeira fase do Arpa e esta segunda fase que começou no segundo semestre de 2010?

Sim. Na primeira fase pegamos as unidades com muito pouca estrutura e as estruturamos medianamente. Algumas, poucas, foram completadas, mas a maioria ficou em um nível intermediário entre um funcionamento mediano e o nível completo, que a gente chama de grau 2 de consolidação. Agora vamos pegar aquelas que participaram da primeira fase e completar com o que precisam para que fiquem prontas. Nesta segunda fase, foi ampliado em 50% o número de unidades beneficiadas. Tínhamos 63 e agora temos mais 32 unidades de conservação recebendo recursos do Arpa. Ou seja, vamos completar o que fizemos na primeira fase e iniciar esse processo novamente em mais 32 unidades.

A fase II traz inovações?

Da primeira para a segunda fase, a maior parte das inovações do projeto foi mantida. Há avanços, mas que já estavam previstos na primeira fase. O que é se pode destacar na segunda fase é o investimento em monitoramento de biodiversidade e no monitoramento socioambiental. E também se destaca o fato de se combinarem os investimentos Arpa com outros projetos, como o Projeto Terra do Meio, por exemplo. Essa capacidade de usar o Arpa como modelo para outros projetos é uma inovação. O modelo do Arpa de investimentos, a lógica de estruturação, que a gente só usava para o Arpa, agora está usando para outros projetos. Essa é uma expansão do projeto.

E o que o Arpa é inovador em relação a outras políticas públicas relacionadas às unidades de conservação?

Em muitos aspectos. Primeiro, o Arpa é implementado por meio de uma parceria público privada. Ou seja, os recursos doados ao governo brasileiro, doados por governos e por parceiros privados ao programa, não são depositados no orçamento federal, são depositados junto a um ente privado, que é uma OSCIP (organização da sociedade civil de interesse público), o Funbio (Fundo Brasileiro para a Biodiversidade), que executa os arranjos público-privados. Isso confere muita flexibilidade no uso dos recursos e muita facilidade ao governo, que não precisa ter uma estrutura pesada do ponto de vista administrativo-financeiro para implementar o projeto. Não é única inovação, mas costuma ser a mais lembrada. Os investimentos do Arpa são todos baseados em alcance de metas. Isso é muito importante. Os investimentos estabelecidos para a consolidação são baseados em metas de consolidação. As unidades recebem recursos para elaborar seu plano de manejo ou para a compra de equipamentos, por exemplo.

As metas são bem específicas, então?

Sim. São metas específicas para o funcionamento das unidades. O Arpa apoia 17 metas. Todas pré-estabelecidas e estimadas. Por exemplo, nós não apoiamos a realização de um plano de manejo e a sua revisão no ano subsequente. Nós não apoiamos a compra de carros superior ao que se estima como necessário para o funcionamento de uma UC. Só apoiamos aquele conjunto de insumos relacionados àquela meta. Outra inovação é que o alcance das metas pressupõe estimativa de valores para as unidades de conservação. Para cada meta, que chamamos de marco referencial, temos uma estimativa, que varia de acordo com a UC, por causa de seu tamanho e de sua facilidade ou dificuldade de acesso. Existem, para cada meta, custos estudados previamente para a implementação desses investimentos e para o funcionamento de cada unidade de conservação.

Em que critérios se baseiam os apoios do Arpa?

Estão baseados em uma estratégia de conservação e investimentos. Se um órgão gestor apresentar uma proposta de candidatura, não necessariamente aquela unidade será escolhida. Para que os recursos do Arpa alcancem o resultado máximo, existe uma certa competição entre as propostas apresentadas. São selecionadas as propostas que reúnem as melhores condições. Em termos de propostas para a criação de UCs, o Arpa escolhe aquelas que precisam de menores custos para estudos de criação, as que têm as maiores áreas, que apresentam o maior nível de relevância ecológica e de pressão externa. Para as propostas de consolidação de UCs, são escolhidas com critério no custo necessário, então, aquelas que já têm alguma estrutura saem na frente, pois apresentam custos mais baixos para consolidação.

O Arpa tem apoio de fóruns decisórios, né? Como funcionam?

O Arpa se apoia em fóruns decisórios que dão grande transparência em suas decisões e dão oportunidade a um forte envolvimento de outros níveis de governo, da sociedade civil e da academia. O programa tem um Painel Científico de Acompanhamento que o apoia com evidências científicas, com especialistas da comunidade científica, em temas diversos da conservação. Tem ainda um fórum técnico que reúne gestores de unidades de conservação do bioma Amazônia. Além do Instituto Chico Mendes (ICMBio), que é o órgão federal gestor das unidades de conservação federais, temos os órgãos estaduais, de todos os estados do bioma, com exceção de Roraima e do Maranhão, que ainda não tem unidades apoiadas pelo Arpa. Além disso, temos o Comitê do Programa, um órgão deliberativo, que é a instância máxima do programa, com paridade entre governo e sociedade civil, que ajuda a estabelecer os rumos do programa e a monitorar a implementação do programa. O Arpa tem um desenho institucional muito interessante, que permite muitas parcerias com a sociedade e com outros níveis de governo.